

O FÔLEGO CURTO DA RECUPERAÇÃO

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Folha de S. Paulo, 18.09.1984

No começo deste ano, quando Aloysio Biondi detectou nesta Folha o início de um processo de recuperação da economia brasileira, afirmei que essa recuperação era real estava baseada no fato de que a economia brasileira já se encontrava ajustada do ponto de vista externo e, portanto pronta para crescer, mas seria de fôlego curto devido ao acordo com o Fundo Monetário Internacional. Só um crescimento explosivo e sustentado das exportações poderia compatibilizar uma verdadeira retomada do crescimento com aquele acordo.

O crescimento das exportações neste ano tem sido até o momento, extraordinário e não obstante a recuperação foi moderada. Embora o presidente do IBGE fale em crescimento de 3 a 4% neste ano, a previsão do Presidente do Banco Central, de 1 a 2% de crescimento do PIB, parece mais realista. A moderada recuperação não significou, portanto, retomada do desenvolvimento. A economia continua em recessão.

Na última semana, o “fôlego curto” da recuperação devido aos acordos com o FMI ficou meridianamente claro. O Conselho Monetário Nacional aprovou um conjunto de medidas de caráter fortemente recessivo, cujo objetivo fundamental é reduzir drasticamente a oferta de moeda. O FMI parte do diagnóstico equivocado de que o aumento da quantidade de moeda é a “causa da inflação” quando hoje a moeda não é nem causa de aceleração de inflação nem causa de manutenção do patamar de inflação, mas meramente consequência da inflação autônoma, já que a inflação está em 230% enquanto a oferta monetária aumentou cerca de 130% nos últimos doze meses.

A partir desse diagnóstico equivocado, o FMI obriga o governo federal a tomar medidas de redução da quantidade de moeda para 95% no final do ano. Em consequência, a taxa

de juros, que já é altíssima, aumentará ainda mais; os investimentos produtivos continuarão paralisados e a economia não retomará o crescimento.

O objetivo recessivo das medidas e o fôlego curto da recuperação evidenciaram-se inclusive na declaração de um membro do primeiro escalão do governo. Segundo ele, “a intenção do governo não é provocar mais recessão. Haverá apenas uma queda no ritmo da recuperação que, particularmente no setor industrial, superou nossas expectativas”.

Estas medidas recessivas e esta declaração deixam, portanto, claro que a retomada sustentada do crescimento a níveis de 6 a 7% passa por uma negociação muito mais dura com o FMI e com os credores internacionais. Na próxima semana, quando todo o sistema financeiro internacional estará em Washington para a reunião anual do FMI, os banqueiros internacionais certamente revelarão sua satisfação com o Brasil pelo superávit comercial obtido. A satisfação, entretanto, não é recíproca.

Enquanto subordinarmos a retomada do desenvolvimento ao combate à inflação e enquanto entendermos que ambos os objetivos são conflitantes quando na verdade não o são essa retomada será improvável. O que é incompatível com a retomada do crescimento é a redução drástica da quantidade de moeda, na medida em que inviabiliza os investimentos e apenas beneficia as empresas e as pessoas físicas rentistas que vivem de juros às expensas do trabalho e da produção.(18/09)